Relatório de Fiscalização

CASE/CENIP Garanhuns

Avenida Bom Pastor, s/nº - Boa Vista - Garanhuns

Telefone: (87) 3761 8475

Diretor técnico: não tem

Por determinação deste Conselho fomos ao estabelecimento acima citado verificar suas condições de funcionamento.

Sílvio Rodrigues participou da vistoria.

Trata-se de uma unidade de atendimento socioeducativo para menores infratores.

Foram identificadas as seguintes condições de funcionamento:

No mesmo prédio funcionam o CASE (internação) e o CENIP (internação provisória).

Recebe apenas adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos.

Capacidade instalada:

- CASE: 83
- CENIP: 20

Quantitativo de adolescentes no dia da vistoria:

- CASE: 107
- CENIP: 28

Equipe de saúde composta por:

- 01 médico generalista (EDUARDO SÉRGIO DONATO DUARTE-CRM:7152)
- 01 enfermeiro
- 01 dentista

- 01 assistente de saúde bucal
- 01 técnico de enfermagem
- 01 educador físico

Há ainda um advogado.

Carga horária do médico são 20h semanais, no entanto só atende dois turnos (terça e sexta pela manhã).

Conta com apoio da USF Boa Vista.

Há insuficiência de recursos humanos.

Para os atendimentos de urgência, o serviço de referência é o Hospital Regional Dom Moura.

Não há palestras educativas em saúde.

Há escola no próprio local e todos os adolescentes em idade escolar estão frequentando as aulas.

Conta com plano individual de atendimento, o qual é preenchido pelo técnico de enfermagem na parte relacionada à saúde.

Não há uma rotina de coleta de sorologias para HIV, hepatite, VDRL.

Apesar de haver médico no serviço não há atendimento de rotina para acompanhamento do desenvolvimento físico e psicossocial.

Há nutricionista apenas para a elaboração do cardápio. Não consultas clínicas com nutricionista.

Não distribui preservativos.

Casos de DST que são diagnosticados são encaminhados à UPA de especialidades.

Não há medicações para tratamento de escabiose e nem de doenças respiratórias e faltam medicações básicas, como analgésicos e anti-inflamatórios.

Não conta com local de isolamento para casos suspeitos de tuberculose.

Há campanhas de vacinação como influenza.

Como a maioria dos adolescentes não tem mais cartão de vacina, são administradas as seguintes vacinas: DPT, hepatite B em esquema completo.

Casos de saúde mental são encaminhados ao CAPS.

É frequente a falta de psicotrópicos na rede.

A estrutura física do serviço de saúde compreende:

- 01 consultório médico
- 01 consultório odontológico

Unidade de saúde funciona em prédio próprio, separado.

Os curativos, limpos e contaminados, são realizados no consultório médico.

Há um livro de atendimento médico onde são registrados, por dia de atendimento, o nome do adolescente, o diagnóstico e a conduta.

Possui prontuário médico, além de uma ficha de saúde do adolescente com preenchimento incompleto; algumas apenas com a identificação do adolescente, contudo, grande parte tem preenchida também a queixa principal.

Foram encontrados vários cartões de vacina.

Consultório médico com privacidade, conta com mesa, cadeiras, maca, pia, sem sabão líquido e sem papel toalha. Maca estava sem lençol descartável.

As vacinas são trazidas do USF Boa Vista e aplicadas pelo técnico de enfermagem do serviço.

Não administra nenhuma medicação endovenosa.

Não conta com farmácia; as poucas medicações existentes são armazenadas em um armário que se encontra no consultório médico.

Os principais normativos de referência para este relatório são:

- Resolução CFM nº 1980, 13 de dezembro de 2011 que **fixa regras para cadastro, registro, responsabilidade técnica e cancelamento para as**

pessoas jurídicas, revoga a resolução CFM nº 1971, publicada no D.O.U. de 11 de julho de 2011 e dá outras providências.

- Resolução CFM nº 1931/2009 – Aprova o novo Código de Ética Médica – (publicada no D.O.U de 24 de setembro de 2009, Seção I, p. 90) – (retificação publicada no D.O.U de 13 de outubro de 2009, Seção I, p.173).
- O Art. 28 do Decreto nº 20931/32 preceitua que **qualquer organização hospitalar ou de assistência médica, pública ou privada, obrigatoriamente tem que funcionar com um Diretor Técnico, habilitado para o exercício da medicina, como principal responsável pelos atos médicos realizados.**
- Resolução CFM nº 2007/2013, de 8 de fevereiro de 2013 que dispõe sobre a **exigência de título de especialista para ocupar o cargo de diretor técnico, supervisor, coordenador, chefe ou responsável médico dos serviços assistenciais especializados.**
- RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
- Resolução do CFM 1342/1991 - Estabelece normas sobre responsabilidade e atribuições do Diretor Técnico e do Diretor Clínico.
- Portaria nº 529 de 1 de Abril de de 2013 - Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).
- Resolução CFM 2056/2013 - Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos. Trata também dos roteiros de anamnese a serem adotados em todo o Brasil, inclusive nos estabelecimentos de ensino médico, bem como os roteiros para perícias médicas e a organização do prontuário de pacientes assistidos em ambientes de trabalho dos médicos.
- RDC nº 63, de 25 de Novembro de 2011 – Dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os Serviços de saúde.
- Portaria nº 647, de 11 de novembro de 2008 – Estabelece as diretrizes para implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes

em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória,
em unidades masculinas e femininas.

Garanhuns, 07 de julho de 2016

Polyanna Neves - Médica Fiscal